

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



A GÊNESE DO MOVIMENTO FEMINISTA E SUA TRAJETORIA NO BRASIL

Autora: Melanie Cavalcante Marques¹

Coautora: Kella Rivetria Lucena Xavier²

Resumo: O presente artigo busca analisar a história do movimento feminista debatendo sobre suas ondas, explicando as características e objetivos de luta dando ênfase a importância dessa história para contemporaneidade. Assim, compreender como a origem do movimento feminista contribuiu na trajetória do feminismo no Brasil. O artigo traz como objetivo geral analisar a origem e desenvolvimento do movimento feminista, com vistas a compreender como o mesmo vem contribuindo para a luta feminista no Brasil a partir de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica. Trazendo nas considerações finais que as discussões e teorias pautadas pelo o movimento feminista é de grande relevância para a sociedade.

Palavras-chaves: História do Feminismo. Movimento Feminista. Mulheres e Política.

Introdução

Foi na revolução francesa que as mulheres passaram a se questionar, pois, nessa época, os homens lutavam em busca de cidadania e as mulheres lutavam junto a eles, porém as mulheres “[...] não foi o povo que dirigiu a revolução nem quem colheu o fruto” (BEAUVOIR, 2016, p.159), ou seja, as conquistas políticas ainda não chegavam até elas, não eram vistas como cidadãos de direito pela a sociedade.

Então, não é de hoje que mulheres questionam suas condições e reivindicam por mudanças, “ao longo da história ocidental sempre houve mulheres que se rebelaram contra sua condição, que lutaram por liberdade e muitas vezes pagaram com suas próprias vidas” (PINTO, 2010 p.15). Falar do movimento feminista é entrar em um caminho repleto de estudos e teorias esclarecedoras, sobre a relação de poder na sociedade em que estamos inseridos. O movimento feminista apresenta suas próprias reflexões críticas que se aprimoraram com o decorrer do tempo e o aprofundamento de seus estudos levam a tomada de consciência das condições impostas à mulher na sociedade.

¹ Graduanda em Serviço social da Faculdade Mauricio de Nassau; E-mail: melaniecavalcantemarques@gmail.com

² Mestra em História Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Pesquisadora do Laboratório de estudo de Gênero, poder e violência da UFES; Docente da Faculdade Mauricio de Nassau

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



Com isso, o presente artigo tem como objetivo geral analisar a origem e desenvolvimento do movimento feminista, com vistas a compreender como o mesmo vem contribuindo para a luta feminista no Brasil. Afim de trazer sua relevância para a sociedade nas considerações finais.

1.O início de tudo: Primeira onda do movimento feminista

Na metade do século XIX, na Europa e nos Estados Unidos, o movimento feminista passa a ser desenvolvido; é, nesse período, que se inicia a chamada primeira onda do movimento feminista que, segundo Cisne (2015), é o período em que as mulheres vão ter aproximação com as lutas sociais. A mesma autora afirma que, inicialmente, o movimento feminista é marcado por três correntes, começando pela corrente feminista liberal representada pelas mulheres burguesas que reivindicavam por direitos políticos iguais, educação e mudanças na legislação sobre o casamento.

Conforme Cisne (2015), “o feminismo liberal [...] buscam reduzir as desigualdades entre homens e mulheres por meio das políticas de ação positiva, podemos falar de um feminismo reformista” (p.106). Mas, devido ao processo de industrialização, desenvolvem-se as classes e as mulheres passaram a serem incluídas nos trabalhos operários, então, as mulheres operárias passam a organizar reivindicações que alcançaram as mulheres da classe trabalhadora, conseguindo chamar uma atenção que proporcionou certa visibilidade (não significa que foi uma visibilidade positiva na sociedade) ao movimento.

Segundo Alves *et al* (1981), com a consolidação do capitalismo, as mulheres são incluídas nesse sistema, sendo superexploradas e postas a situações abusivas e precárias, passando a trabalhar o dobro do que os homens trabalhavam e a receber um comparativo de 1/3 do salário masculino, dessa forma “a mulher era explorada mais vergonhosamente ainda do que os trabalhadores do outro sexo” (BEAUVOIR,2016, p.166). Com isso, essas mulheres passam a vivenciar as lutas operárias e a se aproximar dos estudos marxistas, o que se torna outra corrente do movimento feminista, “[...] as mulheres trabalhadoras romperam o silêncio e projetaram suas reivindicações na esfera pública. ” (ALVES et al, 1981, p.40). Com isso, as mulheres se unem aos homens em greves, contudo, o resultado das lutas operárias ainda

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



excluía as mulheres. Devido a essa exclusão, as mulheres trabalhadoras desenvolvem a corrente feminista marxista.

Nesse processo, o movimento feminista ganha força e visibilidade com as Sufragistas; esse movimento surge na Inglaterra no século XIX e sua principal reivindicação era o direito ao voto. As sufragistas, conforme Alves *et al* (1981), uniam mulheres de todas as classes em busca do sufrágio feminino. Dois nomes bastante importantes nesse processo são o de Olympe de Gouges (1748-1793) que em 1789 fez críticas a Declaração dos direitos do homem e do cidadão, publicando uma versão do mesmo documento para o feminino a “Declaração dos direitos da mulher e da cidadã” na França e Mary Wollstonecraft (1759-1797) publicou a obra “uma vindicação dos direitos da mulher” em 1792 trazendo reflexões sobre a emancipação das mulheres, defendendo a democracia e o direitos das mulheres na Inglaterra, ambas são reconhecidas como pioneiras do feminismo, e influenciaram a construção do movimento das Sufragistas que lutavam pelo o direito ao voto, assim alcançando tanto as mulheres burguesas, como as operarias.³

A princípio, as sufragistas buscavam, de forma pacífica, conquistar os seus direitos e mostrar a importância que as conquistas tinham para o movimento e para a qualidade de vida da mulher, mas acabavam sendo ridicularizadas e hostilizadas; dessa forma, as sufragistas adquiriram um novo “estilo” em suas reivindicações. De pacíficas, passaram a ter ações mais violentas como destruição de propriedades; acreditavam que, com ações mais violentas, chamariam mais atenção e assim teriam mais chances de alcançar seus objetivos.⁴

Relacionado a isso, temos um grande acontecimento que, apesar de trágico, deu às Sufragistas maior visibilidade: uma militante, Emily Davison, em 1913, atirou-se em frente ao cavalo do Rei como protesto em um evento de corridas de cavalos em Derby (Inglaterra).⁵ A morte de Emily e os motivos aparentes chamaram muita atenção e deu maior visibilidade às sufragistas e às suas causas, porém “somente em setembro de 1920 foi ratificada a 19º

³ Alves, B.M, Pintanguy, Jaqueline – O que é Feminismo- Abril Cultura/Brasiliense- Coleção primeiros Passos 1981

⁴ Idem, 1981

⁵ Pinto, C.R. J – Feminismo, História e Poder – Ver.Sociol.Polit., Curitiba V.18, n36, p.15-23, jun.2010

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



Emenda Constitucional, concedendo o voto às mulheres” (ALVES E PITANGUY, 1981, p.45).

O fim da primeira onda é marcado por algumas publicações que serviram de base para o início da segunda onda do movimento. No final da década de 1940, Simone de Beauvoir (1908-1986) uma escritora francesa, publica o seu livro “O segundo sexo”; essa obra traz novos questionamentos sobre os condicionamentos que a mulher sofre em sua socialização, segundo e contribuiu para as reflexões feministas na década de 1960. (ALVES et al, 1981)

[...] o livro representou uma tentativa poderosa de entender a construção social do “feminino” como um conjunto de determinações e expectativas destinado a cercear a capacidade de agência autônoma das mulheres. (MIGUEL; BIROLI, 2014, p.25).

Simone de Beauvoir trouxe reflexões para além das desigualdades políticas, ela fazia questionamentos relacionados à cultura e ao processo de socialização, como também levantou reflexões sobre o que é ser mulher. “Ninguém nasce mulher: Torna-se mulher”, assim afirmava a autora onde explica a existência das definições do masculino e feminino na sociedade.

2.Segunda onda do movimento feminista

A segunda onda inicia-se no período pós-guerra, em que carregavam um lema “o político é pessoal”; esse lema se referia aos acontecimentos dentro do âmbito familiar que recebia uma intervenção da esfera pública e as mulheres que estavam envolvidas no movimento feminista buscavam por mudanças, abordavam em suas pautas a questão da violência social e doméstica que as mulheres sofriam, afirmando que essa questão deveria ser tratada pela esfera pública em busca de soluções. Portanto, a segunda onda inicia-se trazendo reflexões relacionadas às condições das mulheres em âmbito doméstico e social e, além disso, passam a levantar questionamentos relacionados aos papéis de gênero.

O livro de Beauvoir trouxe para o movimento feminista uma reflexão do gênero em sua forma social, considerando que o gênero é construído pelas relações sociais, ou seja,

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



está relacionado ao que o indivíduo se torna após o seu nascimento e tudo que irá ser imposto por toda uma construção social. (SCOTT, 1989)

Com isso Betty Friedan (1921-2006) uma ativista feminista americana, baseando-se nos estudos de Beauvoir, desenvolve um trabalho, publicado em 1963, chamado “A mística feminina”; o trabalho traz depoimentos de mulheres da classe média nos quais mostram suas frustrações relacionadas ao seu papel como “rainha do lar”. Esse livro traz a experiência e a vivência dessas mulheres no âmbito doméstico. Outro nome importante é de Kate Millet (1934-2017) uma ativista americana que publicou o livro “Política Sexual”, no qual, fazia uma análise histórica das relações entre os sexos e da relação de poder prevalente em todas as culturas. E, na mesma época, Juliet Mitchell (1940) um psicanalista feminista, publica “A condição da mulher”, em que fazia reflexões sobre as esferas de produção da reprodução da sexualidade e da educação. (ALVES et al, 1981)

Essas obras passam a contribuir no desenvolvimento dos estudos feministas no período 1960 a 1980: o movimento passa a adquirir novas características e as reivindicações que antes eram voltadas apenas para a desigualdade de direitos políticos, trabalhistas e civis, passam também a questionar e a estudar o que causa essas desigualdades. É nessa época que é desenvolvido uma nova corrente feminista, o feminismo radical, que será comentado um pouco mais à frente.⁶

Com isso, podemos perceber que o movimento feminista, na segunda onda, passa a abordar pautas relacionadas à opressão da mulher, a sexualidade, a construção cultural de gênero e dominação. O discurso agora estava focado nas relações de poder entre homens e mulheres, debatendo sobre questões de discriminação, desigualdades culturais e estruturas sexistas.⁷

Lembrando que, antes, a luta se baseava em uma conquista política, relacionada à luta de classes e ao papel da mulher na sociedade; quando se conquista o direito ao voto, os questionamentos começam a ser para além desse debate. Portanto, a segunda onda é

⁶ Pinto, C.R. J – Feminismo, História e Poder – Ver.Sociol.Polit., Curitiba V.18, n36, p.15-23, jun.2010

⁷ Miguel, Luís Felipe – Feminismo e política: uma introdução/ Luís Felipe Miguel, Flávia Biroli-1.ed. São Paulo: Boitempo, 214

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



caracterizada pelo começo dos questionamentos voltados ao gênero, opressão do sexo feminino e a reflexões acerca do sistema patriarcal.

Também é nesse período que o movimento feminista traz discussões em torno da defesa de liberdade sexual da mulher; o aborto também passa a ser uma pauta do movimento nesse período, assim como a pauta da discussão sobre o direito de ser mãe a partir da vontade da mulher, a qual pudesse ter a liberdade de decidir se quer ou não ter filhos, bem como o momento de ter filhos seja escolha da mulher. Todas essas pautas foram construídas e desenvolvidas na chamada segunda onda, porém o movimento feminista logo sofrerá por mudanças em suas discussões.⁸

3. Terceira onda do movimento feminista

A partir da década de 1990, o movimento feminista vivenciou a chamada terceira onda; os estudos e as pesquisas feministas vão enriquecendo e o movimento começa a passar por grandes transformações. Feministas passaram a questionar o próprio movimento, percebia-se que os estudos feministas abordavam experiências que representavam apenas as mulheres da classe média e brancas. Esse questionamento marcou a terceira onda, pois é, nesse momento, que, mulheres ligadas ao feminismo, farão críticas aos estudos que caracterizaram a segunda onda. (MIGUEL et al, 2014)

Inicia-se um processo de desconstrução “universal” da mulher, ou seja, o próprio movimento feminista tratava a vida da mulher de forma coletiva como se todas as mulheres, de todas as classes e raça, vivessem os mesmos problemas, estivessem expostas à mesma forma de opressão. As feministas da terceira onda abordam sobre a exclusão das demais mulheres que não pertenciam à classe média e

[...] a admissão da multiplicidade de vivências das mulheres numa sociedade. A experiências das mulheres em posição de elite – brancas, educadas, burguesas ou pequeno burguesas, heterossexuais – tende a ser apresentada como a experiência de todas as mulheres. Essa crítica, que era feita [...], foi estendida ao pensamento feminista em geral por autoras vinculadas às posições mais desprivilegiadas. (MIGUEL E BIROLI, 2014, p.85)

⁸ Miguel, Luís Felipe – Feminismo e política: uma introdução/ Luís Felipe Miguel, Flávia Biroli-1.ed. São Paulo: Boitempo, 214

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

ISSN: 2446-8126

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)



Consequentemente, o movimento passa a ganhar novas correntes que passam a considerar a raça, a classe e a região. Reconheciam que existia uma pluralidade feminina. O surgimento de novas correntes ou vertentes do movimento feminista surgem a partir de demandas e da necessidade de discussão da realidade das mulheres de classe mais baixa e diferenças raciais.

A partir disso, podemos trazer exemplos de novas correntes feministas que estavam sendo desenvolvidas; nesse período, da terceira onda, o movimento feminista negro é o de maior destaque, segundo Miguel *et al* (2014) “Feministas negras questionaram os desdobramentos dessa construção da identidade da mulher” (p.85), mostrando que a realidade das mulheres negras trabalhadoras é totalmente diferente das mulheres brancas de classe média.

Então, a terceira onda do movimento feminista é marcada pelo reconhecimento de uma pluralidade feminina; esse reconhecimento contribuiu para o desenvolvimento de vertentes que representassem e considerassem as particularidades das mulheres como a classe, a raça e a localidade. Hoje, nós podemos contar com diversas vertentes, incluindo as iniciativas que foram desenvolvidas no período da primeira e segunda onda.

Nesse ponto, podemos recapitular sobre as principais características de algumas correntes citadas a cima; o movimento feminista liberal estava representado pelas mulheres burguesas, e, ainda hoje, tem esse perfil em que mulheres da classe mais alta fazem parte desse grupo. Essa vertente lutava por uma reforma nas políticas em que as desigualdades entre homens e mulheres pudessem ser reduzidas, reivindicavam por direitos políticos iguais, educação e mudanças na legislação sobre o casamento. Resumindo, na atualidade, o movimento feminista liberal acredita na ideia de que o problema vivenciado pelas mulheres pode ser resolvido a partir de mudanças políticas e legais.

Como o movimento feminista liberal está representado pelas mulheres da classe média, o movimento feminista marxista é representado pelas mulheres da classe trabalhadora; com a consolidação do capitalismo, as mulheres passam a serem incluídas no mercado de

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



trabalho; com a revolução industrial, temos o desenvolvimento dos movimentos sociais e, com isso, as mulheres operárias passam a participar das lutas operárias, aproximando-se dos estudos marxistas. Essa vertente trabalha com a ideia de que a divisão da sociedade em classes influencia nas relações sociais; com isso, suas reivindicações partem da ideia de que a mulher vem sendo oprimida pela sociedade e, mesmo que as leis sejam modificadas, dando assim um perfil igualitário para homens e mulheres, as mulheres ainda continuam sempre atrás do homem, que sempre foi privilegiado e beneficiado pelo sistema.

Como a primeira onda focalizava suas lutas em mudanças políticas, na segunda onda surge uma nova discussão voltada a um sistema patriarcal e estruturador, sobre o que é gênero e o que é ser mulher. Dito isso, na segunda onda, desenvolve-se outra vertente, o movimento feminista radical. O radical vem de raiz, trabalham com a ideia de que as mudanças só ocorreriam quando transformassem a raiz da questão; e a raiz de toda opressão é o sistema patriarcal, um exemplo específico das relações de gênero que gera uma relação de poder e dominação masculina. A vertente também trabalha com a ideia de que a luta feminista deve ser coletiva e sem recortes, que todas as mulheres, de diferentes classes e raças, devem lutar juntas contra esses sistemas que estruturam as relações sociais e que dá privilégio ao homem.

Após a segunda onda, iniciam-se grandes questionamentos relacionados a esses recortes, em que mulheres negras e de classe baixa não se identificam com as lutas anteriores, já que a mulher negra tem necessidades específicas, sua realidade não condiz com a realidade de mulheres brancas. Devido a essa questão, o movimento feminista negro é desenvolvido na terceira onda e tem, em suas pautas, além do preconceito que existe a mulher, também trazem o preconceito racial e a esse sofrimento duplo que a mulher negra sofre na sociedade.

Também, na terceira onda, desenvolvem-se vertentes que surgem na mesma perspectiva do movimento negro, na ideia de representar mulheres com necessidades específicas, como o movimento feminista lésbico, interseccional, transfeminismo, entre muitas outras vertentes que surgem de acordo com as demandas e as necessidades de discussão da realidade das mulheres.

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



3. Trajetoria do movimento feminista no Brasil

No Brasil, o movimento feminista surge também com o sufrágio feminino, a primeira onda do movimento feminista chega ao Brasil no início do século XX, as sufragistas lutavam pelo direito ao voto e pela sua cidadania. Na Constituição de 1824, o direito ao voto era concedido apenas para indivíduos a partir de 25 anos de idade, militares e os casados podiam votar com 21 anos, além da idade também era estipulado uma renda mínima, porém eram poucos brasileiros que possuíam essa renda mínima. Em 1891, a constituição brasileira delimitava, claramente, o impedimento das mulheres como eleitoras e não só as mulheres, analfabetos, soldados, pessoas menores de 21 anos e pessoas abaixo da linha de pobreza.

Com isso, as mulheres brasileiras passam a reivindicar o seu direito ao voto tendo como motivação as conquistas dos outros países. Um grande fato na história do início do movimento feminista no Brasil foi o surgimento dos protestos em prol da emancipação da mulher, reconhecendo a exploração e a desvalorização da mulher no trabalho. As operarias têxteis Teresa Carini e Tereza Fabri se destacaram na elaboração do manifesto das costureiras em São Paulo, em 1917, em que reivindicavam a redução da carga horária de trabalho para oito horas por dia. (SCHUMAHER *et al*, 2015).

Mas é em 1918 que Bertha Luz, cientista renomada, lidera a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher; possuía ideias feministas por ter estudado na Europa e, como vimos acima, é na Europa que o movimento feminista se desenvolveu. Dessa forma:

O grupo liderado por Bertha tinha grande entrada na mídia, pois escreviam cartas, concediam entrevistas e pressionavam parlamentares quando havia alguma pauta de seu interesse no Congresso Nacional. Depois, a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher foi rebatizada de Liga Pelo Congresso Feminino. (SCHUMAHER E CEVA, 2015, p. 58).

Bertha, também foi responsável pela fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino que participavam de eventos para pressionar o parlamento pelo direito ao voto; ela também participou da organização do primeiro congresso Internacional Feminista. Podemos dizer que as conquistas dos outros países na América Latina, e com a candidatura da

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



mulher que seria a primeira prefeita eleita na América Latina, Alzira Soriano, motivou ainda mais a luta das sufragistas brasileiras.

Eufóricas e motivadas com o pioneirismo do estado potiguar na conquista da cidadania plena das mulheres, repetiram a ousadia de lançar panfletos em defesa do sufrágio feminino a bordo de um avião. [...] além dessas manifestações públicas, elas continuavam a utilizar a escrita como forma de resistência. Inclusive, redigiram um abaixo-assinado que colheu cerca de 2mil assinaturas de mulheres em todo o país e o apresentaram a Comissão de Constituição e Justiça do Senado. (SCHUMAHER E CEVA,2015, p.61)

Apenas em 24 de fevereiro de 1932 foi dado a concessão do voto feminino no período do governo de Getúlio Vargas, que marcou o fim da República Velha e foi quando houve uma reforma na legislação eleitoral. Também foi, nesse período, que estabeleceram o salário mínimo, as oito horas da jornada de trabalho regulamentando e também o direito de licença a maternidade.

[...] o Brasil entrava num período de reorganização do Estado: novos ministros foram estruturados e uma nova Constituição foi outorgada, reforçando alguns direitos até então reivindicados pelas mulheres. Alguns decretos estabeleceram a jornada de oito horas para o ofício da indústria e regulamentaram o trabalho feminino, a licença-maternidade e o salário mínimo. (SCHUMAHER E CEVA, 2015, p. 62)

Porém, da mesma forma que ocorreu no início do movimento feminista na Europa, as reivindicações lideradas por Bertha Luz representavam as mulheres da elite brasileira em que a maioria tinha estudado no exterior; conforme Cisne (2015), havia uma perspectiva liberal, em que buscavam por direitos políticos sem confrontar as desigualdades, o sistema patriarcal e até mesmo o capitalismo.

Com uma forte perspectiva liberal, essa tendência não associava, tampouco confrontava a desigualdade da mulher em relação aos privilégios do homem. Em outras palavras, essa tendência buscava direitos políticos para as mulheres sem confrontar o patriarcado e o capitalismo como sistema de exploração e opressão das mulheres. (CISNE, 2015, p.106-107)

Com isso, surgem as trabalhadoras militantes de esquerda, que desenvolvem o movimento feminista anarquista e trazem como questão principal a exploração do trabalho, mas logo passam a defender a libertação da mulher, partindo da ideia de que o homem tem

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



dominação sobre as mulheres e que isso é totalmente estruturado pelo sistema patriarcal, então, diferente das sufragistas, as feministas anarquistas passam a confrontar o patriarcado e o capitalismo, assim podemos ver em Cisne (2015):

Ao identificar a dominação dos homens sobre as mulheres, mais que isso, ao perceber que a dominação dos homens possui como base a exploração das mulheres, esse feminismo passa a confrontar o patriarcado e, também, o capitalismo [...] (p.108).

Os anos seguintes à conquista do voto não foram de grande desenvolvimento para o movimento feminista, que, somente em 1964, passará por grandes agregações de conhecimentos. Essa data marca o início da ditadura militar no Brasil e, por mais que esse período seja caracterizado pelo impedimento de participações políticas de qualquer movimento social, também trouxe o exílio.

Por conta do exílio muitas mulheres tiveram contato com o ideário feminista ao terem contato com o feminismo da Europa no final dos anos 1960, elas puderam vivenciar “um clima de revolução cultural e de costume que colocavam em xeque a naturalização do poder do homem” (CISNE, 2015, p.109). Nos anos seguintes,

A partir dos anos 1920, cresceu o número de organizações de mulheres, que enfatizara em suas lutas os direitos ao voto e a uma legislação e amparo a mulher trabalhadora. No decorrer da década de 1940, as mulheres participaram das lutas pela redemocratização e contra a carestia (Teles, 1999, p.49). Na década e 1960, as mulheres se fazem presentes nas lutas em defesa das reformas de base, participando de organizações esquerdistas democráticas. A partir do final dos anos 1970 [...], há um crescimento dos movimentos feministas no Brasil. [...]. A partir da década de 1980, acentuou-se a pluralidade presente no conjunto feminismo. (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011, p.286 – 287).

É após resistência à ditadura militar que o movimento feminista passa a ter uma ampliação e fortalecimento dos estudos políticos; trouxe ao âmbito público questões de violência, sexualidade, poder e etc. que eram consideradas apenas como casos secundários e pessoais. Iniciou um processo pela ampliação da participação e representação da mulher nos



espaços políticos e de poder.⁹ Mas o movimento feminista só irá passar a trabalhar, fortemente, com questionamentos relacionados a gênero já no período de 1990, após a tradução do texto de Joan Scott “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”. (CISNE, 2015).

Com isso, podemos perceber que as lutas do movimento feminista passam a influenciar as políticas públicas, já que é por meio das políticas públicas que o Estado intervém.

Podemos citar a Lei nº 11.340/2006, chamada Lei Maria da penha, por exemplo, a qual traz uma visibilidade aos casos de violência doméstica contra a mulher, dando a elas uma proteção de urgência como um dos marcos da conquista do movimento feminista no Brasil, já que o movimento trazia essas discussões para o âmbito público.

Não é fácil, porém, resolver uma plataforma políticas os dilemas que a teoria política feminista faz aflorar. A afirmação de que uma única matriz de desigualdades, seja ela gênero, classe, raça ou qualquer outra, está na raiz de todas as formas de dominação faz silenciar as experiências de muitos grupos que representa uma simplificação que, hoje, é dificilmente sustentável. (CISNE, 2015, p.151).

Dessa forma, dentro das pautas abordadas pelo movimento feminista, na contemporaneidade, o qual envolve o patriarcado, o machismo, a opressão, a violência de gênero, entre outras.

Considerações finais

O desenvolvimento desse artigo perpassou por uma análise da origem e desenvolvimento do movimento feminista, em busca de compreender a sua história e contribuições na trajetória do mesmo no Brasil. Entende-se que a história do movimento feminista abordada neste artigo, reflete a sua gênese e desenvolvimento que contribuiu para a trajetória do feminismo em diversos locais do mundo, pois cada local terá suas

⁹ Rocha, L.M.L.N -FEMINISMO, GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS: desafios para fortalece a luta pela emancipação - R. Pol. Públ. São Luís, Número Especial, p. 313-322, novembro de 2016.

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



particularidades no desenvolvimento da luta feminista. Dito isso, destaco a trajetória do movimento feminista no Brasil.

O movimento feminista desenvolveu estudos como as reflexões envolta das relações de poder de gênero, em busca de uma consciência social. O estudo de gênero aborda a ideia de que o mesmo passa a ser definido pelas relações sociais, esse pensamento de gênero e relação de poder abordada pelo movimento feminista, contribuiu para uma reflexão envolta das condições postas as mulheres, dando iniciativa a busca pela a igualde de gênero.

Percebo que o movimento feminista busca por diversas plataformas de informação, a fim de trazer à sociedade uma reflexão crítica da realidade das mulheres que é mascarada por um sistema patriarcal e machista. O movimento utiliza de protestos, manifestações, campanhas e de várias outras formas que possam alcançar o máximo de pessoas possíveis, dando maior visibilidade e lutando por essa consciência social.

As discussões e teorias pautadas pelo o movimento feminista tem um viés critico que é de grande relevância para o desenvolvimento da sociedade, onde como movimento social buscam por transformação, lutando pela a extinção de um sistema opressor, de desigualdades, discriminações que ocasionam em violências contra a mulher e contra a sociedade em si.

Referências

ALVES, B.M, Pintanguy, Jaqueline – **O que é Feminismo**- abril Cultura/Brasiliense - Coleção primeiros Passos 1981

BEAUVOIR, Simone de. – **O segundo Sexo: a experiência vivida** – volume2, / Tradução Sérgio Milliet - 3. ed. – Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2016.

_____. – **O segundo Sexo: Fatos e mitos** – volume1, / Tradução Sérgio Milliet - 3. ed. – Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2016.

CISNE, Mirla – **Feminismo e consciência de classe no Brasil** – São Paulo: Cortez, 2015.

MIGUEL, Luís Felipe – **Feminismo e política: uma introdução**/ Luís Felipe Miguel, Flávia Biroli-1. ed. São Paulo: Boitempo, 214.

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



MONTAÑO, Carlos – **Estado, classe e movimento social** / Carlos Montaña, Maria Lúcias Duriguetto. – 3.ed.- São Paulo: Cortez,2011. – (Biblioteca básica de serviço social; v.5)
PINTO, C.R. J – **Feminismo, História e Poder** – Ver.Sociol.Polit., Curitiba V.18, n36, p.15-23, jun.2010.

ROCHA, L.M.L.N – **Feminismo, gênero e políticas públicas: desafios para fortalece a luta pela emancipação** - R. Pol. Públ. São Luís, Número Especial, p. 313-322, novembro de 2016. Disponível em: <<https://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5982>> Acesso em 22/maio/2018

SAFFIOTI, Heleieth I.B. – **O poder do macho** – São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção polêmica).

SCHUMAHER, Schuma – **Mulheres no poder: trajetória na política a partir da luta das sufragistas do Brasil** / Schuma Schumacher, Antonia Ceva. – 1ed. – Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

SCOTT, Joan – **Gênero: Uma categoria útil para análise histórica** – New York, Columbia University Press. 1989 / Tradução: Cristine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila.